

# Ritos genéticos no mercado editorial

Luciana Salazar Salgado\*

## Resumo

Neste artigo discuto a construção da autoria, tendo em vista o processo da produção escrita até a publicação do texto. Observa-se nas práticas atuais do mercado editorial, nas suas formas de tratamento dos textos destinados à publicação, aspectos discursivos da constituição da autoria que permitem apontar num texto as marcas do trabalho de um autor. Para tanto, valho-me dos desdobramentos da Análise do Discurso que consideram a língua constitutivamente opaca e polissêmica, os sujeitos como clivados e as conjunturas sociais de interlocução marcadas por lugares sociais definidos na sobreposição de temporalidades e funções de que se faz a história. Essa análise do discurso vê nos textos, ou melhor, nas práticas de textualização, as marcas da heterogeneidade e da alteridade constitutivas de todos os dizeres.

Palavras-chave: Revisão de textos; Autoria; Práticas editoriais.

O homem não possui um território interior soberano, ele está inteiramente e sempre numa fronteira; olhando dentro de si, ele olha nos olhos de um outro ou através dos olhos de outro. (BAKHTIN, 1992).

Desde meados dos anos 1990 e mais intensamente nos anos 2000, as publicações sobre “livro” se multiplicaram. Crônicas, ensaios, artigos científicos e livros sobre livros têm circulado bastante; no Brasil, reedições e traduções há muito esperadas compõem o universo de produções que fazem do livro um assunto da ordem do dia. E assim também ganham terreno temas, em princípio, bem diversos, como letramento e *marketing* de produtos culturais, por exemplo.

O fato é que, em diversos campos de saber, o livro e tudo o que tem a ver com ele está em pauta. É possível dizer que isso aconteceu também no ilustrado século XVIII ocidental, ou antes, quando o formato códex ganhou circulação na Europa, modificando as condições de acesso aos textos escritos e a seus usos. Mas isso terá sido em conjunturas distintas da que vemos agora, quando uma espécie

\* Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR.

de vertigem tecnológica põe nova lenha numa fogueira acesa noutros tempos: os livros podem deixar de existir? Há uma conhecida passagem de Borges que frequentemente é citada como resposta para isso:

Dentre os diversos instrumentos do homem, o livro é, sem dúvida, o mais assombroso. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio, o telescópio, são extensões da visão; o telefone é extensão da voz; também temos o arado e a espada, como extensões dos braços. Mas o livro é outra coisa: o livro é extensão da memória e da imaginação. (BORGES, 2002, p. 4).

Pensando assim, vemos com tranquilidade que os livros seguem sendo objetos instigantes; seguem sendo escritos e circulam, cada vez mais, em diferentes suportes, para preocupação de uns, que veem nessa atual difusão o perigo do barateamento; para contentamento de outros, que entendem a farta produção e a múltipla distribuição como formas de viabilizar o acesso, dando conta da diversidade das populações humanas nas largas escalas que caracterizam o século XXI.<sup>1</sup>

Há já uma tradição de estudos historiográficos ligados à leitura e à escritura e às relações entre ambas. No que tange aos estudos linguísticos, formas de abordar os livros, em termos de leitura e escritura, têm se multiplicado também. Mais recentemente, dentre as práticas de escritura, apenas começam a acontecer estudos voltados ao que nos interessa aqui: as práticas de revisão de textos. A revista **Langages**, uma referência importante para os campos de investigação da linguagem, em seu número 164, de dezembro de 2006, traz a edição temática **La révision de texte: méthodes, outils et processus**, cujo texto introdutório se intitula “*L’étude de la révision de texte: de la mono- à la pluridisciplinarité*”. Nela, pesquisadores de diferentes áreas avaliam, em situações bastante variadas, as atividades de revisão que acontecem no curso da produção escrita. A diretriz de todos eles é compreender os processos complexos e ainda pouco estudados de *ajustes, melhoramentos, reelaborações* e toda sorte de contribuições que, outrora pensadas como posteriores à produção dos textos, têm sido vistas como

---

1 – Esse não é um embate entre duas posições bem definidas e desdobra uma complexa problemática. Para situar minimamente os discursos que põem em relevo essa preocupação, cito a introdução do artigo “Sobre o valor e o valor da obra de arte”, de H. J. Koellreutter, publicado na revista **Estudos Avançados**, em 1999, numa seção dedicada a discutir as condições atuais da criação: “Numa época em que grande número de valores tradicionais, até a própria verdade, tem sua validade posta em questão, a educação para a seleção e para o senso de valor e desvalor adquire uma importância capital. Permito-me, por isso, enfatizar que a educação artística e estética moderna, hoje, deveriam tratar especialmente dos conceitos de valor. Tal teoria de valores, porém, encontraria dificuldades consideráveis no campo relativista da arte.” (KOELLREUTER, 1999, p. 251).

constitutivas, inclusive nos casos em que um outro opera esses rearranjos (parceiro, professor ou programador de *software* escolar, para dar alguns dos exemplos ali estudados). Há, nessa reunião de artigos em torno dos métodos, instrumentos e processos de revisão de textos, pesquisadores da neurolinguística, da psicolinguística, da linguística textual e da crítica genética, e podemos dizer que uma hipótese fundamental guia essa confluência: a revisão de textos é um caminho de apropriação da textualidade; reler “ativamente” o próprio texto é que faz dele um texto próprio.

Muitos dos estudos sobre propriedade legal abordam aspectos da reelaboração dos textos, uma discussão, também de outrora, que renasce na vertigem tecnológica atual, quando novos meios materiais de circulação impõem perguntas como: o texto de um livro é o mesmo texto se for divulgado em *CD-ROM*? Se a massa de texto for redistribuída para leitura na tela, quem fizer essa redistribuição terá feito um novo texto? Que direitos terá sobre essa nova forma de dar o texto a ler? E se o texto virar uma peça de teatro, um clipe...?

Tem-se falado em *coletivos criativos*, em *retrabalho* e em *samplear*, notadamente nas artes plásticas e na música, mas toda produção cultural tem hoje, mais intensamente do que noutros tempos, que se haver com essas questões. Provavelmente porque houve um acirramento da noção de propriedade como algo individual e privativo.<sup>2</sup> No caso dos textos escritos, essas discussões também estão diretamente ligadas às representações da autoria. Juridicamente, há diversas perspectivas a considerar, por conta do próprio desenvolvimento das formulações jurídicas: como julgar uma apropriação indébita?

Nos estudos da Educação, os métodos, instrumentos e processos de revisão de textos são pensados como um trabalho que pode dar consistência à produção escrita dos estudantes em formação. Portanto *copiar*, *imitar*, *recontar*, *estilizar* são estratégias de construção de uma escritura própria. Pelo menos em linhas gerais. Também diante disso, se põem questões relativas à autoria. Nesse caso, busca-se que os estudantes possam ser “autores”, isto é, capazes de produzir textos próprios. Tanto assim, que os vestibulares, por exemplo, e mesmo o Exame Nacional do Ensino Médio, avaliam essa “capacidade autoral” numa prova específica: a de Redação.

---

2 – “De fato, a construção do Estado contemporâneo e de seu Direito foi marcada pelo individualismo jurídico ou pela transformação de um todo titular de direito em um indivíduo. Assim foi feito com as empresas, as sociedades e com o próprio Estado; criou-se a ficção de que cada um deles era pessoa, chamada de jurídica ou moral, individual. Assim também foi feito com os diferentes povos, criando a ficção de que cada povo indígena seria uma individualidade com direitos protegidos. Isso transformava os direitos essencialmente coletivos dos povos em direitos individuais. O Direito contemporâneo, além de individualista, é dicotômico: às pessoas – indivíduos titulares de direitos – corresponde uma coisa, o bem jurídico protegido.” (SOUZA, 2003, p.73)..

Na Teoria Literária, a autoria é um tema crucial e recebe diversos tratamentos, que não detalharei por duas razões: é um campo de estudos riquíssimo, no qual vertentes encetam debates que não podem ser adequadamente mencionados em poucas linhas; além disso, o foco, aqui, são as inquietações que conduzem a tratar da figura de autor, como se a autoria viesse à baila porque o lugar que é posto à luz, antes de qualquer outra coisa, é um lugar de “alteridade explícita”, digamos assim, e só se constitui como um lugar na relação com um outro, que é sempre um autor. Refiro-me ao lugar do profissional que dá tratamento aos textos que serão publicados.

Para pensar em termos de *lugares*, isto é, em termos de uma identidade social firmada historicamente e manifestada em práticas que se reiteram, procurando legitimar-se, tratarei da figura do autor no seu feixe de relações entre práticas que a identificam e outras, correlatas. O que significa dizer que tratarei da figura de autor discursivamente,<sup>3</sup> observando, nas práticas atuais do mercado editorial, nas suas formas de tratamento dos textos destinados à publicação, aspectos discursivos da constituição da autoria, ou seja, que permitem apontar num texto as marcas do trabalho de um autor, que é sempre um interlocutor.

Para tanto, valho-me dos desdobramentos da Análise do Discurso – AD – que consideram a língua constitutivamente opaca e polissêmica, os sujeitos como clivados e as conjunturas de interlocução marcadas por lugares sociais definidos na sobreposição de temporalidades e funções de que se faz a história. Essa análise do discurso vê nos textos, ou melhor, nas práticas de textualização, as marcas da heterogeneidade e da alteridade constitutivas de todos os dizeres. Vê, assim, a relação ininterrupta entre intradiscurso e interdiscurso.

Sendo assim, para estudar esse funcionamento discursivo, no caso dos textos que são preparados para ir a público, é preciso considerar que estão compreendidas aí tanto as práticas generalizadas nas casas editoras quanto outras, menos oficiais embora igualmente generalizadas, dos próprios autores, que frequentemente tomam a iniciativa de procurar o tratamento editorial de textos antes mesmo de

---

3 – Eventualmente, se poderá crer que este trabalho se aproxima da crítica genética. Não é o caso, como se verá, mas parece interessante a nossos propósitos registrar uma problemática atual enfrentada pela Crítica Genética como um campo de estudos da criação literária, com os manuscritos e as rasuras dando lugar a novas formas de composição textual, e a filologia comparada confrontada a disciplinas que estudam a cognição, a psique etc. Almuth Grésillon, em artigo publicado em 1990, diz sobre isso: “Outras ciências humanas, como a psicanálise, por exemplo, contribuíram também para estimular a reflexão sobre os manuscritos. Não era mais questão de o que esse autor *quis dizer*, mas ‘procurar quais forças indomadas, indomáveis talvez, se mobilizaram sem que ele soubesse para resultar em uma estruturação’ (BELLEMIN NOEL, 1972, p. 12). Quanto ao próprio autor, assim que declarado morto, ei-lo ressuscitado sob o hábito daquele que escreve, ou mais simplesmente do ‘scriptor’, pois era bem necessário dar um nome àquele cuja mão conduziu a escrita no papel.” (1991, p. 11).

apresentar seu material a uma editora. E é preciso levar em conta também que, se por um lado, esse tipo de trabalho se intensificou recentemente e tem cada vez mais características peculiares ao nosso tempo (afinidades com a tecnologia informática, com a aceleração de processos dela decorrente e com as urgências de produtividade e competitividade que impelem a alimentação desse ciclo), por outro, é herança de uma longa história que remonta a práticas copistas anteriores até mesmo ao formato códex moderno, na medida em que revela o quanto o original de um autor, no longo processo que o transforma em publicação, movimenta-se, passando por diferentes olhares e cuidados.

No Brasil, um acontecimento recente pode ser considerado um marco para a reflexão sobre essa atividade editorial. Em outubro de 2003, promulgou-se a chamada Lei do Livro, que institui uma política nacional para o livro e a leitura. É a primeira lei brasileira sobre o tema e carece ainda de muitas regulamentações, afora as revisões que as críticas hão de propor, mas há uma novidade no texto dessa lei que muito nos interessa: ela menciona a *cadeia criativa do livro*, além de contemplar a cadeia produtiva (que reúne editores, livreiros, distribuidores, gráficas e fabricantes de papel), os mediadores da leitura (que são os próprios escritores, os educadores, bibliotecários e organizações não governamentais) e também define atribuições do Poder Público, inclusive do Sistema S.<sup>4</sup> Desse modo, essa lei institui um deslocamento dos tradicionais programas de incentivo à leitura, ao pôr em relevo a criação e a produção dos livros. Os incentivos à leitura aparecem, então, diretamente ligados ao modo como os livros são criados, planejados, feitos e distribuídos, o que envolve coletivos complexos, etapas distintas de trabalho, uma grande diversidade de colaborações.

No tratamento editorial de textos, um “outro” vai tecendo, no fio do texto do autor, certos sentidos e, embora não imponha ao autor um texto que não é o seu, interfere discursivamente na sua tessitura. E faz isso guiado por um conjunto de procedimentos a que propus chamar *ritos genéticos editoriais*, com base na proposta de Dominique Maingueneau (2006) para a abordagem dos ritos como procedimentos sistemáticos destinados a consagrar certas práticas, e da *gênese*, em termos discursivos, como convergências históricas que se condicionam e, assim, estabelecem uma orientação semântica.

É importante notar que o profissional que trabalha sobre os textos autorais não opera como coautor; antes, produz um descentramento do texto-primeiro, que permite ao autor ser um outro desse outro de si que fez anotações pontuais como

---

4 – O chamado Sistema “S” é formado por organizações criadas pelos setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas) com a finalidade de qualificar e promover o bem-estar social de seus trabalhadores. Reúne Sesi, Senai, Senac e Sesc, além de outras instâncias a elas ligadas.

quem deixa rastros a serem seguidos. Nessas trilhas de leitura explicitadas, são feitas correções gramaticais, estabelecem-se padrões e seguem-se normas, mas esse trabalho vai muito além da ideia de corrigir, padronizar e normalizar.

A questão que muitas vezes aparece é: o que se pretende com esse trabalho sobre os textos? Provavelmente, garantir que as versões que afinal vão a público sejam consistentes, pois, mesmo que um texto destinado à publicação, como todo texto, por definição, não se feche nunca, sendo renovado a cada leitura, parece possível trabalhar para que certas leituras estejam mais autorizadas que outras, que certos caminhos textuais pareçam mais convidativos, que certas memórias tendam a se atualizar, amarrando o texto a uma dada rede de dizeres, identificando-o.

Esse trabalho de edição de textos que vem se estabelecendo no mercado editorial parece, então, um “ofício de linguista”, na medida em que não bastam “sensibilidade textual”, como a têm muitos *free lancers* que atuam no mercado de revisões, ou “rigor formal”, como costumam cultivar muitos dos professores de gramática que prestam serviços de finalização e revisão de provas para editoras. Num mundo de aceleração dos ritmos e de multiplicação de tudo o que se oferece ao consumo (como as publicações), o tratamento de textos parece exigir algo além do gostar de ler, do prazer de trabalhar com textos e do estrito conhecimento da gramática. Cada vez mais, esses profissionais assumem trabalhos especializados em condições de execução peculiares, procurando superar problemas como a pouca disponibilidade dos colegas do autor, que seriam, noutros tempos, constantes interlocutores, ou os curtos prazos impostos pelos calendários de lançamento, tantas vezes incompatíveis com o amadurecimento exigido no trabalho de escrita, sobretudo da escrita que circulará publicamente.

Então, é provável que se possa falar, hoje, em *práticas editoriais linguísticas* e *práticas linguísticas editoriais*. As primeiras como características de todo texto escrito destinado à publicação – trata-se de material linguístico que demanda procedimentos técnicos, como catalogação e normalizações, relativos ao próprio suporte e a sua circulação. As outras são um fenômeno recente, decorrente tanto do desenvolvimento das teorias linguísticas ao longo do século XX, como das demandas que se configuraram quanto à formação de leitores, às teorias e práticas decorrentes e à expressiva multiplicação de títulos e autores.

Com base nisso, seria possível supor que as *práticas editoriais linguísticas* são praxes do mercado de publicações, pois parece evidente que se deve garantir que todo material escrito destinado à circulação esteja “correto” ou adequado, no que diz respeito ao registro linguístico pretendido para a publicação, devidamente padronizado nas ocorrências de itens, maiúsculas e minúsculas, grafia de nomes

etc., organizado nos expedientes como notas, apêndices, remissões internas, bibliografia etc. Já as *práticas linguísticas editoriais*, sendo um fenômeno recente, ligado a conhecimentos sobre leitura e às condições atuais do mercado editorial, seriam, então, um outro trabalho, antes linguístico que editorial, com atribuições contratuais menos claramente estabelecidas, por não serem previamente conhecidas, pois as necessidades dos textos é que costumam guiar esses trabalhadores. Portanto, se as primeiras estão previstas em todo projeto editorial, as últimas podem ou não acontecer e dependem sempre da avaliação do material, da disponibilidade dos autores e das casas editoras, dos prazos, dos fins, de uma série de condicionantes.

Em todo caso, embora seja crescente a demanda por serviços de tratamento de textos qualificado, as atividades profissionais relacionadas ainda são frequentemente vistas como trabalho *free lancer* descompromissado ou, nas estruturas editoriais e congêneres, como cumprimento de regras e decisões elaboradas alhures, noutras instâncias institucionais – o que despota o trabalho, claro. E pouco ajuda a entendê-lo.

Em 2002, uma nova versão da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – reviu integralmente a versão de 1994 (a primeira é de 1982), modificando muitas descrições e incluindo novas ocupações. A justificativa:

A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho.<sup>5</sup>

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – organizou essas descrições por famílias, que são conjuntos de ocupações estabelecidos pelo reconhecimento de semelhanças características de um domínio de trabalho mais amplo do que cada ocupação. É uma tentativa de prever flexibilidades asseguradas por algum rigor de definição.

Entre elas, há uma família de “profissionais da escrita”, bastante extensa e considerada próxima das chamadas *famílias afins* “filólogos, intérpretes e tradutores” e “editores”. Reproduzo o quadro inicial de descrição desses profissionais, tal como figura no endereço eletrônico do MTE:

---

5 – Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: maio 2009.

2615-05 **Autor-roteirista** - Adaptador de obras para teatro, cinema e televisão, Argumentista-roteirista de história em quadrinhos, Autor-roteirista de cinema, Autor-roteirista de rádio, Autor-roteirista de teatro, Autor-roteirista de televisão, Autor-roteirista multimídia, Dramaturgista

2615-10 **Crítico** - Crítico de artes plásticas, Crítico de cinema, Crítico de dança, Crítico de jornal (ombudsman), Crítico de música, Crítico de rádio, Crítico de teatro, Crítico de televisão, Crítico literário

2615-15 **Escritor de ficção** - Autor de ficção, Contista, Cronista de ficção, Dramaturgo, Ensaísta de ficção, Escritor de cordel, Escritor de folhetim, Escritor de histórias em quadrinhos, Escritor de novela de rádio, Escritor de novela de televisão, Escritor de obras educativas de ficção, Fabulista, Folclorista de ficção, Letrista (música), Libretista, Memorialista de ficção, Novelista (escritor), Prosador, Romancista

2615-20 **Escritor de não ficção** - Biógrafo, Cronista de não ficção, Enciclopedista, Ensaísta de não ficção, Escritor de obra didática, Escritor de obras científicas, Escritor de obras educativas de não ficção, Escritor de obras técnicas, Folclorista de não ficção, Memorialista de não ficção

2615-25 **Poeta** - Letrista, Trovador

2615-30 **Redator de textos técnicos** - Glossarista, Redator de anais, Redator de jornal, Redator de manuais técnicos, Redator de textos científicos, Redator de textos comerciais

#### **Descrição sumária**

Escrevem textos literários para publicação, representação e outras formas de veiculação e para tanto criam projetos literários, pesquisando temas, elaborando esquemas preliminares. Podem buscar publicação ou encenação da obra literária bem como sua divulgação

**Quadro 1:** Descrição dos profissionais da escrita

**Fonte:** MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Segundo essas descrições, trata-se de entender os profissionais da escrita como autores. Mas adiante, no mesmo documento, conforme os desdobramentos da “descrição sumária”, chega-se a outro quadro, que define as “áreas de atividade”:

#### **- ESCREVER TEXTOS**

- 1 Adequar linguagem ao público-alvo
- 2 Utilizar recursos retóricos para sedução dos leitores
- 3 Decodificar a obra para o público-alvo
- 4 Escrever de acordo com as especificidades do gênero da obra
- 5 Elaborar e reelaborar o texto
- 6 Justificar as idéias apresentadas no texto técnico, didático e científico
- 7 Refazer o livro didático periodicamente
- 8 Apresentar relatórios do desenvolvimento do trabalho
- 9 Reelaborar o texto final considerando pareceres críticos

**Quadro 2:** Áreas de atividade

**Fonte:** MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Evidentemente, há aí uma expansão da noção de autoria.

Adiante, nesse mesmo documento, no item que define as “competências pessoais” atinentes, lê-se:

**Competências pessoais**

- 1 Demonstrar hábito de leitura
- 2 Demonstrar criatividade
- 3 Desenvolver intuição
- 4 Demonstrar senso de observação
- 5 Dominar a língua
- 6 Dominar a linguagem específica do veículo (tv, livro, cinema, teatro, jornal etc.)
- 7 Negociar contrato de edição
- 8 Discutir direitos autorais
- 9 Participar de comissões julgadoras

**Quadro 3:** Competências pessoais

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

E, para circunscrever essas competências, somos levados a checar as famílias afins:

**2614.:: Filólogos, intérpretes e tradutores**

2614-05 - **Filólogo** - Crítico textual, Filólogo dicionarista

2614-10 - **Intérprete** - Intérprete comercial, Intérprete de comunicação eletrônica, Intérprete de conferência, Tradutor simultâneo

2614-15 - **Linguista** - Lexicógrafo, Lexicólogo, Linguista dicionarista, Vocabularista

2614-20 - **Tradutor** - Tradutor (exclusivo público juramentado), Tradutor de textos eletrônicos, eletrônicos, Tradutor de textos escritos, Tradutor público juramentado

**Descrição sumária**

Traduzem, na forma escrita, textos de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretam oralmente, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica e linguagem de sinais, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. Tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos.

**Quadro 4:** Famílias afins

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

**2616 :: Editores**

2616-05 - **Editor de jornal**  
2616-10 - **Editor de livro**  
2616-15 - **Editor de mídia eletrônica**  
2616-20 - **Editor de revista**  
2616-25 - **Editor de revista científica**

**Descrição sumária**

Editam textos e imagens para publicação e, para tanto, selecionam o que publicar, definem pauta e planejamento editorial, coordenam o processo de edição, pesquisam novos projetos editoriais, gerenciam editoria e participam da divulgação da obra. Responsabilizam-se pela publicação.

**Quadro 5:** Editores

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Daí, somos levados à seleção onde aparecem os ofícios *produtor de texto* e *revisor*. Ambos alocados como *profissionais do jornalismo* e sem definição estendida:

**2611 :: Profissionais do jornalismo**

2611-05 - **Arquivista pesquisador (jornalismo)**  
2611-10 - **Assessor de imprensa**  
2611-15 - **Diretor de redação** - Diretor adjunto  
2611-20 - **Editor** - Editor assistente, Editor de área, Editor de arte, Editor de fotografia, Editor de imagem, Editor de rádio, Editor de web, Editor executivo  
2611-25 - **Jornalista** - Assistente de editorial, Colunista, Colunista de jornal, Correspondente de jornal, Correspondente de línguas estrangeiras, Cronista, Diarista - em jornal, Diretor noticiarista, Editoralista, Jornalista exclusive empregador, Jornalista-empregador, Radiojornalista, Roteirista de jornal, Roteirista na imprensa  
2611-30 - **Produtor de texto**  
2611-35 - **Repórter** (exclusive rádio e televisão) - Repórter cinematográfico, Repórter Correspondente, Repórter de área, Repórter de web, Repórter especial  
2611-40 - **Revisor**

**Descrição sumária**

Recolhem, redigem, registram através de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazem seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público.

**Quadro 6:** Profissionais do jornalismo

Fonte: <http://www.mte.gov.br>

Como se vê, mesmo num registro rigoroso como esse, não está indicado com clareza o conjunto de atividades descritivas do que efetivamente encontramos no mercado das publicações, nas práticas que se vêm estabelecendo. Há, ainda, muito que examinar, avaliar e dizer; o que justifica um aprofundamento das reflexões,

de modo que se constitua um campo de estudos. Há fôlego para isso. Mais: há demanda e urgência – entre outras coisas, porque a própria situação de contrato carece desses parâmetros.

Assim, por ora, proponho entendermos que no mercado editorial produz-se uma série de publicações que, mesmo não sendo livros, requerem cuidados semelhantes, porque são palavra que vai a público. São, de certo modo, um momento de consagração, quando um dito se amarra decisivamente a um dizer. Idries Shah (1973), filósofo estudioso do sufismo, chama atenção para o fato de que o que se considera potencialmente transformador num ritual, em qualquer cultura, sempre tem a ver com a linguagem, com a palavra proferida:

Apesar de a crença em seres sobrenaturais ser muito generalizada em todas as formas de mágica, muitos sustentam que os próprios nomes e ritos, a própria parafernália da magia em ação tem seus poderes especiais, capazes de produzir resultados sobrenaturais. A varinha, por exemplo, é potente por causa de sua consagração: não necessariamente porque conjura um espírito a efetuar uma ação. (SHAH, 1973, p. 28).

Essa é a força das discursividades cosendo a rede de práticas que são o vivido, a construção social. Estudá-las requer que se considerem os modos de dizer, isto é, os materiais textuais como centro de movimentos complexos de entrelaçamento do linguístico com o não linguístico, dos enunciados com suas formas de emergência e de transmissão.

Se voltamos a Borges (2002), para quem o livro é um instrumento humano de extensão da memória e da imaginação, logo percebemos de que consagração se trata: da condição espaço-temporal do humano, da materialidade da vida, pois publicar textos – manuais, reflexões filosóficas, discussões científicas, crônicas, novelas – é um modo de pôr a energia social em movimento.

Dessa perspectiva, a autoria é uma aposta e o trabalho desse leitor profissional é uma promessa. Então, para que a promessa se cumpra e a aposta valha a pena, os ritos genéticos editoriais não podem desconsiderar os laços de solidariedade que, nos processos de textualização, devem se estabelecer. Creio que na rotina desse ofício se tem explicitado uma questão que, mais amplamente, está posta a todos nós neste momento, relativa às formas como temos cultivado (ou não) práticas de convivência e construção social. Diria, enfim, que se trata de nos responsabilizarmos pela coexistência, ao investirmos nas várias formas de interlocução.

## Abstract

In this article we discuss the constitution of authorship, considering the process which authorial texts go through in order to be published. In the current practices of the editorial market regarding texts assigned to be published, we can observe discursive aspects which allow us to indicate the marks of an author's work. To accomplish this, our discussion includes the development of the discourse analysis which considers language constitutively opaque and polissemic, the subjects as cleaved beings and the social conjunctures of interlocution marked by social places which define themselves in the superposition of temporalities and functions of which history is made. This discourse analysis sees in textualization practices the marks of heterogeneity and otherness constitutive of every utterance.

Key words: Text proofreading; Authorship; Editorial practices.

## Referências

BORGES, Jorge Luis. (1978). **Cinco visões pessoais**. Trad.: Maria Rosinda Ramos da Silva. Brasília: UnB, 2002.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, 2002.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Brasília: MTE. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>> Acesso em: maio 2009.

GRESILLON, Almuth. Alguns pontos sobre a História da Crítica Genética. In: **Estudos Avançados**, vol. 5, n. 11. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, p. 7-18, jan./abr. 1991.

KOELLREUTTER, Hans-Joachim. Sobre o valor e o desvalor da obra de arte. In: **Estudos Avançados**, vol. 13, n. 37. Dossiê Memória. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, p. 251-260, dez. 1999.

LANGAGES, n. 164re. Dossier **La révision de texte**. Méthodes, outils et processus. Paris: Centre Nationale du Livre, dez. 2006.

SHAH, Idries. **Magia Oriental**. Rio de Janeiro: Editora 3, 1973. (Biblioteca Planeta).

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso Literário**. Trad.: Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos).